

WASHINGTON NOVAES

A energia e os bodes expiatórios

Nada como uma crise para aumentar significativamente o fluxo de informações, trazer para a sociedade dados que lhe faltam no seu cotidiano – e só eles permitem um diagnóstico e uma avaliação competentes do problema. Está sendo assim, mais uma vez, com a crise no setor elétrico e a iminência do racionamento. Basta lembrar algumas coisas que só agora o cidadão comum vem a saber.

Vinha-se afirmando, por exemplo, que o problema foi quase só de déficit de investimentos (e não falta de conservação de energia, de racionalização, de eliminação de perdas desnecessárias), determinando um aumento da oferta de energia inferior à expansão da demanda. Mas agora se informa que em 2000 a expansão da oferta foi maior que a da demanda.

Só agora se diz que, se a contenção do consumo houvesse sido determinada (como foi proposto ao governo federal) em março último, poderia ficar em 10% – e não em 20%, como se planeja hoje.

Só agora se admite que algumas coisas poderiam ter sido feitas (e ainda podem) para reduzir o consumo:

- Redistribuir o horário de algumas atividades para períodos em que há sobra de energia;

- estabelecer tarifas diferenciadas por horários, para deslocar o consumo (chuveiros elétricos, por exemplo) para fora do horário de pico, implantando medidas específicas;

- apressar a implantação de linhas de transmissão de regiões onde há sobra de energia para regiões onde falta;

- reduzir os subsídios e o consumo dos chamados setores eletrointensivos, voltados fundamentalmente para a exportação destinada a



Falta coragem de levar a questão ambiental para todas as políticas e programas

países que não querem arcar com os custos energéticos e ambientais de sua produção (especialmente alumínio);

- revitalizar o esquecido programa de conservação de energia (Procel);

- criar padrões mínimos de eficiência para equipamentos e aparelhos consumidores de energia.

- reestudar o sistema tarifário, já que o subsídio dos consumidores domésticos ao setor industrial pode estar estimulando desperdícios;

- tentar reduzir as perdas na transmissão de energia (15% pelo menos).

Pode-se ficar por aí, embora os exemplos ainda sejam muitos.

Curioso, entretanto, é que, embora essas informações demonstrem a escassez de planejamento e de competência e a abundância de descaso com o cidadão, quase só se busquem neste momento bodes expiatórios, apontando “culpas” dos chamados ambientalistas pelo déficit de energia. Ao mesmo tempo se propõe fazer muitas das coisas que eles têm combatido. Como a usina nuclear Angra 3, as novas hidrelétricas na Ama-

zônia e a redução – ou extinção – de exigências para o licenciamento ambiental de termelétricas e hidrelétricas. Esquecendo que Angra 3 só entraria em funcionamento, na melhor das hipóteses, em 2005, e não teria a menor influência na atual crise. Deslembrando que a Amazônia já enfrenta sérios problemas ambientais, que se agravariam (quando, em lugar disso, se poderia reduzir o consumo nos eletrointensivos, que respondem por um terço da energia de Tucuruí). É que o eventual atraso no licenciamento de novas usinas se deve não a ambientalistas, e sim à falta de cumprimento de exigências mínimas ou à incompetência dos respectivos estudos de impacto ambiental.

Mais intrigante ainda é que se teima em não ver e respeitar os perigosos limites ambientais de que nos aproximamos ou já ultrapassamos. Não se pergunta, por exemplo, o que está acontecendo com os recursos hídricos, as causas todas do baixo volume estocado nos reservatórios.

A alegação de falta de chuvas como causa determinante da crise é contestada com veemência por vários interlocutores nesse confuso diálogo. Que estará acontecendo, então? Qual a situação dos aquíferos que abastecem os mananciais? Estará havendo reposição de água menor que o consu-

mo? Em função de que fatores? Excesso de consumo? Mudanças por causa da remoção da vegetação nativa? Maior nível de evaporação? Há alterações significativas na vazão média dos rios? Faltam respostas.

Temos de nos atualizar. Tomar consciência dos graves limites que já enfrentamos – ameaça de mudanças climáticas, crise generalizada nos recursos hídricos, desertificação e perda de solo, redução da biodiversidade, sobreuso de recursos naturais (mais de 40% além da capacidade de reposição da biosfera), superprodução de lixo (mais de 2 milhões de toneladas diárias só de resíduos domésticos) e falta de solução para o problema. Tudo isso num quadro em que a população do mundo se multiplicou por quatro em um século e ainda aumentará mais 2,5 bilhões de pessoas nos próximos 50 anos.

Vale a pena lembrar as palavras do ex-dirigente supremo da URSS Mikhail Gorbachev, quando nada por sua experiência à frente de questões muito concretas: “Precisamos de uma nova maneira de pensar. (...) A natureza está-nos dando todos os sinais de que precisamos desenvolver uma visão comum do futuro para resolver a crise ambiental. (...) A natureza não espera.” Segundo Gorbachev, temos, no máximo, 30 anos para fazer isso. Otimismo, talvez.

“A tendência hoje é para o lado errado. É preciso parar. (...) O colapso dos ecossistemas vai levar ao colapso da economia”, adverte outro experimentando dirigente, Lester Brown.

Não faltam advertências, portanto. Falta coragem. De levar – é preciso repetir e repetir – a chamada questão ambiental para o centro e o início de todas as políticas e programas. Até mesmo porque não existe exatamente uma questão ambiental separada do resto. Existe o concreto – a terra, a água, o ar, a biodiversidade – onde tudo acontece. E tem repercussões de que não conseguiremos fugir.

